

PETIÇÃO (MOD) CIVIL E PROC CIVIL

ALIENAÇÃO JUDICIAL DE COISA COMUM

ANULAÇÃO DE CASAMENTO — ART. 18/CC - COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS - PACTO ANTENUPCIAL - BOA-FÉ - DESCONHECIMENTO DA VIDA PREGRESSA - ART. 45/NCC - LEI 10.406/02

EMENTA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA MM. VARA CÍVEL DE
..... brasileira, casada, comerciante, portadora do RG nº e do CIC nº,
residente e domiciliada em, na Av.,-, por sua advogada e bastante procuradora
que esta subscreve, conforme procuração em anexo (doc. 1), vem, com o devido respeito à presença de
V.Exa., propor a presente AÇÃO DE ANULAÇÃO DE CASAMENTO, contra seu casal, brasileiro,
casado, comerciante, nascido aos/..../...., filho e, portador do RG nº e
CIC nº....., domiciliado em, com endereço residencial ignorado, mas podendo ser encontrado
na, bairro, tudo com fundamento no art. 1556 do novo Código Civil Brasileiro e pelos
motivos que a seguir passa a expor e a esclarecer: 1. DO CASAMENTO A Autora contraiu matrimônio com o
Réu em data de de de, com regime de comunhão universal de bens, conforme se
depreende pela Certidão de Casamento e Pacto Antenupcial juntados (docs. 2/3).2. DOS FATOS A Autora,
seis meses após contrair matrimônio com o Réu, veio a descobrir a má-fé do cônjuge-varão em querer tal
união com o regime de comunhão universal de bens. Senão, vejamos :O Réu por não possuir bens de raiz
em seu nome, convenceu carinhosamente a Autora a assinarem um pacto antenupcial de comunhão
universal de bens, visando a facilidade em obterem possíveis financiamentos para futura abertura de uma
micro-empresa distribuidora de bebidas. O pacto antenupcial foi assinado em/..../.... e o casamento
contraído em/..../...., sendo certo que a abertura da micro-empresa veio a sair apenas em nome da
Autora, ficando a administração e obrigações de pagamento de fornecedores, taxas e impostos nas mãos do
Réu, que o fazia sempre através de cheques emitidos pela Autora.O tempo passou e a Autora em meados
de, ao ser intimada a prestar esclarecimentos na^a Delegacia de Polícia de, sobre a
incidência de alguns cheques sem provisão de fundos emitidos em seu nome contra fornecedores de
bebidas, passou a tomar conhecimento dos "golpes" que seu marido aplicava na praça, acarretando-lhe
enorme dívida pessoal a ser quitada e possível indiciamento por estelionato.Como se não bastasse a atitude
lesiva e irresponsável do cônjuge-varão contraindo dívidas em nome da Autora , que a medida do possível
vem sendo negociadas e quitadas juntos aos credores, a cônjuge-mulher surpreendeu-se ainda mais
quando a^a Delegacia lhe informou que seu marido era não só deles " velho conhecido " como também
das demais Delegacias de, tendo em vista seus antecedentes criminais, e que o " golpe " praticado
em abrir empresas em nome de terceiros para posteriormente gerenciá-las com o intuito de fraudar
credores, não era novidade para ninguém. Destarte, surpreendida com a quantidade de inquéritos e
processos em trâmites contra o Réu, veio a Autora a perceber que cometeu um erro enorme ao contrair
matrimônio com pacto antenupcial de comunhão de bens sem o conhecimento necessário sobre o caráter
do Réu, pessoa irresponsável que tudo fez para lhe esconder o período de vida desregrada e avessa aos
bons costumes.Nada mais restou à Autora que recorrer ao Judiciário na tentativa de salvaguardar seus
direitos, requerendo através do remédio da ANULAÇÃO de CASAMENTO o retorno ao "status quo ",
voltando a usar seu nome de solteira, para que com o tempo consiga esquecer que chegou a se casar com
um homem completamente diferente daquele que fazia questão de ser carinhoso para consigo e
corretíssimo frente à sociedade.Conforme se depreende das Certidões em anexo, podemos observar que o

Réu possui várias passagens pelas Delegacias de, com muitos processos ainda em andamento, incluindo uma prisão em a ção de Depósito, sendo certo que todos esses delitos ocorreram anteriormente a data do casamento objeto de anulação (..../..../....), os quais eram de total desconhecimento da Autora :
.../.../... - Lesão Corporal (art. 129) - NI -^a DP.../..../.... - Lesão Corporal (art. 129) -^a V. Criminal -
proc. nº/.../... - Lei Falimentar - art. 186 ,VI -^a V.Cível - proc. nº/./. - Estelionato (art. 171) - NI
... - ..^a DP.../.../... - Execução -^a Vara Cível/..../.... - Reintegração